



Aprovada maior proteção a crianças e adolescentes

Dois projetos acolhidos pelo Plenário ampliam garantias a menores em processos judiciais. Um deles trata dos direitos das vítimas ou testemunhas de violência. O outro prioriza na Justiça a tramitação das ações sobre alienação parental

No caso dos menores vítimas ou testemunhas de violência, o projeto aprovado pelo Senado busca assegurar a proteção física e psicológica de crianças ouvidas em inquéritos ou depoimentos judiciais. O texto segue para sanção presidencial. A outra proposta, que será analisada pela Câmara, prevê que a Justiça priorize os processos sobre alienação parental, casos em que a mãe ou o pai instiga o rompimento dos laços do filho com o ex-companheiro. Hoje o Plenário analisa mais dois projetos voltados aos menores. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

A aprovação dos projetos com benefícios aos menores vítimas de violência foi destacada por várias senadoras no Plenário

Novo portal de notícias do Senado facilita interação

Estreou ontem o novo portal Senado Notícias, que reúne as informações de todos os veículos de comunicação da Casa e facilita a interação com o cidadão, com novo layout e acesso a conteúdo multimídia das atividades. **2**

Avança veto à penhora de carro de deficiente **8**

Plenário altera atribuição de dois colegiados **2**

Satélite brasileiro vai ser lançado em abril, anuncia Kassab

O ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, afirmou ontem em audiência que o lançamento do primeiro satélite geostacionário brasileiro viabilizará a cobertura de banda larga em 100% do território nacional e aumentará a segurança nas fronteiras. **8**



Pedro França/Agência Senado
O ministro Gilberto Kassab fala à Comissão de Ciência e Tecnologia

Projeto de lei sobre abuso de autoridade será tema de debates

Antes de votar o projeto que criminaliza o abuso de autoridade, a Comissão de Constituição e Justiça fará audiências públicas para debater o assunto. O relator, Roberto Requião, apresentou ontem seu relatório, favorável à proposta. **4**



Pedro França/Agência Senado
Relator do projeto sobre abuso de autoridade, Requião elaborou substitutivo

Comissão da Casa acompanhará Operação Carne Fraca

O Plenário aprovou ontem a criação de uma comissão externa para acompanhar os desdobramentos da Operação Carne Fraca. Na Comissão de Assuntos Econômi-

cos, representantes dos Ministérios da Agricultura e da Indústria e Comércio disseram que o impacto da operação nas exportações só poderá ser medido em alguns meses. **5**



Edilson Rodrigues/Agência Senado
Ronaldo Caiado cumprimenta Garcia Neto, que passou por sabatina ontem

Diretor da Anvisa defende qualidade de remédio genérico e é reconduzido

O Senado aprovou ontem a recondução de Fernando Mendes Garcia Neto para a direção da Anvisa. Na sabatina, ele defendeu o rigor dos testes e a eficácia de remédios genéricos, questionados pelos senadores. **7**



Waldemir Baretto/Agência Senado
Garibaldi Alves Filho (2º à dir.) conduz audiência pública sobre impactos de investigação policial na exportação de carne

Novo portal de notícias do Senado entra no ar

Senado Notícias reúne em um só local conteúdo de vídeo, áudio, texto e imagem das atividades do Parlamento, consulta facilitada a informações rápidas e precisas e canais de interação com o cidadão

O NOVO PORTAL Senado Notícias estreou ontem. O site substitui a página da Agência Senado e pretende aumentar a integração entre os veículos de comunicação da Casa e a interação com a sociedade.

Entre as novidades, está um novo layout, que facilita a leitura e a visualização rápida dos conteúdos de maior interesse. A reformulação também inclui destaque aos elementos audiovisuais.

Com o Senado Notícias, foi lançado o Portal Senado Multimídia. Nele, o usuário tem acesso a vídeos, áudios, fotos e notas taquigráficas completos das atividades da Casa. Agora também é possível assistir, baixar, editar e compartilhar trechos de vídeos de discursos, debates e entrevistas. O trabalho é uma parceria da Secretaria de Comunicação (Secom) com a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria de Registro e Redação Parlamentar.

— Buscar novas formas, acompanhar tendências, entregar a notícia com agilidade, seja em celular, desktop ou tablet, não significa de forma alguma abrir mão da precisão e da qualidade da informação que oferecemos ao cidadão. Somos ciosos da responsabilidade de levar a informação correta, bem explicada — afirma Virginia Malheiros Galvez, diretora da Secom.

A reformulação do portal de notícias também reflete a intenção de oferecer em um único lugar todas as informações produzidas pelos veículos do Senado — **Jornal**, TV, Rádio e Agência — em parceria com



Portal dá acesso a notícias e a conteúdo multimídia das atividades da Casa

outras áreas da Secom. Entre essas áreas, está o Núcleo de Mídias Sociais, que ganhou um espaço próprio no site para os assuntos mais acessados nas redes sociais do Senado, como o Facebook, com opção para compartilhamentos, comentários e “curtidas”.

— O Senado Notícias possibilita a dinamização do processo de publicação dos conteúdos de todos os veículos de comunicação da Casa, de forma que a gente possa ter a informação disponibilizada rapidamente, independente do formato que está indo ao ar, e dessa forma podemos ampliar o potencial de divulgação do Senado — explica Ester Monteiro, diretora de Jornalismo da Secom.

Foi ampliado o espaço destinado ao Portal e-Cidadania, que permite a opinião direta da sociedade sobre os temas em discussão no Parlamento,

incluindo proposições já em tramitação, sugestões de projetos e pesquisas de opinião.

Acessos

O número de acessos ao Senado Notícias cresceu 150% em dois anos. O levantamento, feito a partir de dados do Google Analytics, mostra mais de 26 milhões de visualizações em 2016. Em 2014, foram 10 milhões de acessos.

Segundo o editor-chefe do Portal de Notícias, Rogério Dy La Fuente, de janeiro a março de 2017 já houve cerca de 5,17 milhões de visualizações de conteúdo, um aumento de 17% em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de usuários cresceu 28% no período: de quase 2 milhões para cerca de 2,5 milhões.



Ex-prefeita, Lídice da Mata comemora os 468 anos de Salvador

Os 468 anos de Salvador foram comemorados ontem por Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora, ex-prefeita da capital baiana, disse que, “apesar de sofrer os problemas típicos de uma metrópole, a cidade com a maior população negra fora da África tem motivos para festejar”.

Lídice destacou a parceria do governo do estado para a construção de vias, do Centro de Operações e Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, do Hospital Geral do Estado e do Hospital da Mulher, e a revitalização do centro antigo.

— Já o apoio do governo federal viabilizará a obra do metrô.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Crescimento da violência assusta o país, diz Garibaldi

Quatro em cada dez brasileiros já foram assaltados, disse Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) em Plenário. Ele citou dados de uma pesquisa do Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na avaliação do senador, o país está apavorado com a crescente violência, cada vez mais presente nos municípios do interior, e não apenas nos grandes centros. Isso já força mudança de hábitos, disse.

— Embora as pessoas acreditem que políticas sociais sejam uma solução mais eficaz, elas começam a querer uma resposta mais rápida e demandam ações de repressão com uma intensidade muito maior.

Muniz apresenta projeto que define regras para processos

Roberto Muniz (PP-BA) comunicou na terça-feira a apresentação de projeto que define novas regras para processos administrativos. A intenção, explicou, é garantir mais transparência, eficiência administrativa e segurança jurídica a cidadãos e empresas.

O projeto apresenta normas que visam dar mais concretude aos direitos constitucionais de ampla defesa e contraditório.

— Cidadãos e empresas são atuados por algum órgão da administração pública mediante decisões proferidas por autoridade competente, mas muitas vezes sem dar plena ciência às partes envolvidas.



Marcos Moraes/Agência Senado

Dois colegiados permanentes da Casa passam a ter novas atribuições

O Plenário do Senado aprovou ontem uma redistribuição das atribuições e denominações das atuais Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Transparência e Governança Pública (CTG). O Projeto de Resolução (PRS) 5/2017, de autoria da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), irá para promulgação.

Pelo projeto, as competências de fiscalização e controle serão retiradas da CMA e acrescentadas à CTG. Com isso, a CMA passa a ser apenas Comissão de Meio Ambiente, e a CTG transforma-se na Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). À nova Comissão de Transparência também foi transferida a atribuição de indicar o diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Ao justificar a proposta, Rose defendeu a “evidente e forte correlação” entre a CTG e os temas de fiscalização e controle. Com a mudança, a senadora acredita que a distribuição dos trabalhos entre

as comissões temáticas terá maior racionalidade, mediante o rearranjo das atribuições dos dois colegiados.

Para o relator da matéria em Plenário, José Pimentel (PT-CE), as mudanças permitem maior “organicidade” às comissões, possibilitando o melhor funcionamento desses órgãos.

Décimo-terceiro colegiado permanente do Senado, a Comissão de Transparência e Governança Pública foi criada em novembro de 2015. Entre seus principais objetivos, estão a discussão e o acompanhamento da modernização das práticas gerenciais na administração pública federal direta e indireta; a prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos; e a transparência e a prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos.

A CTG, assim como a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão Senado do Futuro, ainda não foram instaladas na Casa neste ano.

Comissão elege vice-presidente e lança publicação sobre aviação

Eleita ontem vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para 2017-2018, Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a importância do colegiado para auxiliar o desenvolvimento do turismo e reduzir as desigualdades entre as regiões do país.

— Participo desta comissão desde o primeiro ano do meu mandato — ressaltou.

Senadores destacaram a parceria com Fátima Bezerra (PT-RN), presidente da CDR.

— Com essa dupla, daremos um grande dinamismo aos trabalhos da comissão — elogiou Ângela Portela (PT-RR).

Na reunião também foi lançada publicação sobre a política pública acompanhada em 2016 pela CDR: a de aviação voltada para o desenvolvimento regional.

A concessão em bloco de aeroportos nacionais e regionais está entre as principais recomendações expressas no relatório de Wellington Fagundes (PR-MT).

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRE Agrotóxicos

9h Na pauta, o PLC 49/2015, que submete à análise de resíduos de agrotóxicos os produtos agropecuários importados, e indicações de embaixadores para quatro países.

MP 752/2016 Contratos de parceria

9h Relatório da MP sobre prorrogação e relicitação dos contratos de parceria.

CDH Audiência de custódia

9h30 Debate sobre audiência de custódia.

PLENÁRIO Foro privilegiado

11h A PEC 10/2013, que extingue o foro privilegiado, pode ter sessão de discussão.

INSTITUCIONAL Gestão pública

15h Eunício Oliveira abre palestra de Oscar Motomura no Auditório Petrônio Portella.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Criança vítima de violência terá mais proteção

O Plenário do Senado aprovou ontem dois projetos para aumentar as garantias dadas a crianças e adolescentes em processos na Justiça. Um deles, apresentado pela deputada Maria do Rosário, trata especificamente dos menores vítimas ou testemunhas de violência.

O texto cria procedimentos para a proteção física e psicológica das crianças que forem ouvidas em inquéritos ou em depoimentos a autoridades judiciais. A outra proposta, do senador Ronaldo Caiado, prioriza a tramitação na Justiça dos processos sobre alienação parental.

Hoje o Plenário poderá analisar mais dois projetos voltados aos menores. O PLS 100/2010 trata da infiltração de policiais na internet para investigar crimes de abuso sexual. O PLS 38/2008 busca combater a prática de explorar a prostituição de crianças ou adolescentes.

Menores receberão garantias especiais em inquéritos e no curso de processos

Crianças e adolescentes vítimas de violência poderão contar com novas garantias nos inquéritos e no curso dos processos. O Senado aprovou ontem uma proposta que normatiza mecanismos para prevenir a violência contra menores, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos. O projeto, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), segue para sanção presidencial.

O PLC 21/2017 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), prevendo dois procedimentos possíveis para ouvir as crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

O primeiro é a escuta especializada, que deve ser feita perante órgão da rede de proteção e limitado estritamente ao necessário. O segundo é o depoimento especial, quando a criança é ouvida pela autoridade judicial ou policial. Ele será intermediado por profissionais especializados que esclarecerão à criança os seus direitos e como será conduzida a entrevista, gravada em vídeo e áudio, com preservação da intimidade do menor. O depoimento tramitará em segredo de justiça.

No caso de criança com menos de 7 anos ou de violência sexual em qualquer idade, o depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova e um novo depoimento somente poderá ocorrer se considerado imprescindível pela autoridade competente e com a concordância da vítima ou da testemunha.

O projeto garante que o menor será resguardado de qualquer contato com o acusado ou com outras pessoas que representem ameaça, coação ou constrangimento. Além disso, o depoimento deve ocorrer em local com infraestrutura e espaços físicos que garantam a privacidade.

Permitir pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal, será considerado



Senadores e senadoras comemoram aprovação de projetos em defesa da criança e do adolescente

crime de violação de sigilo processual, punido com multa e reclusão de um a quatro anos.

O texto aprovado prevê ainda que qualquer pessoa que tiver conhecimento ou presenciado ou omissão que constitua violência contra o menor tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias, ao conselho tutelar ou à autoridade policial. Os sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde deverão adotar ações articuladas para o atendimento integral às vítimas.

Dignidade

Relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Marta Suplicy (PMDB-SP) disse que no Brasil a violência contra crianças e adolescente ainda é tolerada. Segundo ela, em 2015 foram registradas 17.588 denúncias de violência sexual contra menores no país, o equivalente a duas por hora.

Para a senadora, a escuta especializada e o depoimento especial permitirão a garantia da dignidade da criança e do adolescente.

— Não se pode deixar de mencionar, ainda, a importante preocupação do

projeto em evitar a revitimização. Portanto, o PLC mostra-se altamente meritório — afirmou.

Prevenção

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que relatou o texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que o projeto contribui para prevenir a violência contra criança e adolescente. Ela destacou a diminuição do número de vezes em que os menores precisarão depor.

— Estamos oferecendo condições para que o sofrimento seja diminuído e que a justiça tenha a possibilidade de melhor avaliar os casos e cumprir seu papel — disse.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) avaliou que a proposta vai evitar sobretudo a violência institucional. Segundo a senadora, instituições sem formação adequada para tratar as vítimas fazem com que os menores sejam submetidos a uma nova condição de violência.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a violência contra crianças e adolescentes provoca traumas por toda a vida. O senador disse que a proposta visa conscientizar a nação de que a criança é o futuro do país.

Acusações de alienação parental poderão ter prioridade na Justiça

Processos de família envolvendo acusações de alienação parental — quando o pai ou a mãe instiga o rompimento de laços afetivos do filho com o outro genitor — poderão ganhar prioridade de tramitação na Justiça. Um projeto nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado e segue para a Câmara dos Deputados.

Apresentado pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), o PLS 19/2016 reduz o tempo de disputa judicial pela guarda de filhos menores em caso de separação do casal, na tentativa de evitar que mães ou pais influenciem negativamente o relacionamento do ex-companheiro com a criança.

— O objetivo é tratar de um assunto preocupante, que precisa de uma solução rápida, para que a criança não seja a vítima de um desentendimento entre os pais. Este é um texto que traz um sentimento de unanimidade — disse Caiado.

Relatora da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) apresentou o parecer em Plenário. Ela disse ter acatado emendas para tornar o texto mais efetivo do ponto de vista do rigor jurídico.

— É um projeto de grande alcance social e digno de aprovação, que cria um instrumento de tramitação eficaz — defendeu a senadora.

O projeto aprovado ontem tramitava em conjunto com o PLC 90/2015, que permite que a curatela seja dividida, nos mesmos moldes da guarda compartilhada.

Marta, no entanto, sugeriu a tramitação autônoma do projeto da curatela, que agora retorna à CCJ. Em direito de família, curatela é a responsabilidade conferida a alguém pela Justiça para reger atos e administrar os bens de pessoas consideradas incapazes.

Avança texto que exige normas de segurança para parques e playgrounds

Parques ou playgrounds infantis em lugares públicos ou em escolas poderão se tornar mais seguros. Medidas com esse objetivo estão estabelecidas em um projeto aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O PLC 159/2015, que será analisado pelo Plenário, determina que os parques em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental devem ser construídos e mantidos de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A Norma Brasileira (NBR) 14.350 da ABNT trata da segurança de brinque-

dos e playground e estabelece que os responsáveis por essas áreas deverão providenciar vistoria anual por engenheiro legalmente habilitado.

Além disso, os parques deverão passar por manutenção preventiva semestral. Pelo projeto, a fiscalização caberá ao órgão competente para autorizar o funcionamento das instituições de ensino e a utilização das áreas.

Em caso de descumprimento, o responsável estará sujeito a multa de R\$ 500 por brinquedo ou equipamento, cobrada em dobro quando da reincidência e corrigida anualmente. O parque deverá ficar interditado enquanto a irregularidade não for sanada.

A proposta havia recebido parecer contrário na Comissão de Educação (CE). Mas na CDR, a relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), se colocou a favor do projeto, embora tenha feito emendas ao texto.

Segundo a senadora, que também preside a CDR, a falta de manutenção preventiva ou de fiscalização periódica é responsável por acidentes que atingem crianças e adolescentes.

“Existe desgaste decorrente do uso contínuo e das intempéries climáticas a que estão sujeitos os equipamentos”, explicou Fátima no relatório.

Em uma das emendas, ela propôs a substituição da expressão “engenheiro

legalmente habilitado” por “técnico habilitado” para fazer vistorias. Ela avaliou que a exigência da inspeção por engenheiro tornaria a eventual lei sem condição de ser cumprida.

A senadora também substituiu o índice de atualização dos débitos fiscais para correção da multa pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e, na falta dele, por outro indicador criado pelo governo federal.

— O projeto teve toda a preocupação de assegurar as condições adequadas de uso dos parques infantis, com o afastamento de fatores de risco que possam comprometer a integridade física de seus usuários — disse.

Comissão fará audiências públicas antes de votar abuso de autoridade

Relatório favorável ao projeto, com substitutivo, foi lido ontem, apesar do protesto de senadores contra leitura antes da realização dos debates

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) fará audiências públicas antes de votar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que define os crimes de abuso de autoridade. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), leu ontem seu relatório favorável ao projeto, com substitutivo. Na presidência da comissão, Antonio Anastasia (PSDB-MG) concedeu vista coletiva da matéria.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), que não estava na reunião de ontem, definirá o calendário das audiências e da votação da proposta. Entre os convidados, estão o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e os ex-ministros da Corte Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Alguns senadores manifestaram-se contra a leitura do relatório antes das audiências

Projeto busca defender os cidadãos, argumenta Roberto Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu em Plenário ontem a aprovação do PLS 280/2016, que criminaliza o abuso de autoridade. Requião, que é o relator da proposta, apresentou seu voto favorável pela manhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O senador disse não temer críticas e argumentou que o texto busca defender os cidadãos de abusos de autoridade, que no máximo são punidos em instâncias administrativas, nunca penalmente. Ele negou que o projeto seja um modo de frear a Operação Lava Jato.

— Não me venham com o argumento de que isso fere a Lava Jato. Neste Plenário, fui o primeiro senador a defender a Lava Jato — afirmou.

públicas, requeridas por Raulo Rodrigues (Rede-AP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Caiado chegou, inclusive, a propor a suspensão do projeto por 30 dias, mas o pedido foi rejeitado.

Randolfe, Caiado e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediram à CCJ que sejam incorporados ao debate sugestões apresentadas na terça-feira pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia. As sugestões, como afirmou Janot, foram produzidas por uma comissão de trabalho com quatro procuradores da República e mais quatro convidados do Poder Judiciário e do Ministério Público estadual.

Ferraço considerou “uma inversão” ler o relatório antes da audiência, mas Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que a aprovação do requerimento de audiência não impedia a leitura. A senadora sugeriu dar à matéria o mesmo tratamento conferido à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que acaba com o foro privilegiado: após a aprovação na CCJ, poderá ser alterada em Plenário.

Depois da polêmica, Anastasia manteve a leitura do relatório, como constava da pauta da CCJ, com a realização de audiências públicas na próxima semana. Essa posição havia sido defendida também pelos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Requião pôde, então, ler seu relatório, em que propõe um substitutivo ao texto subscrito por Renan e que resultou de discussões no comitê de gestão do II Pacto Republicano, firmado pelos chefes dos Poderes da União em 2009, como ressaltou o relator.

A proposição abrange os crimes de abuso cometidos



Roberto Requião apresenta substitutivo à proposta de Renan Calheiros

por agente público em sentido amplo, abrangendo militares, servidores públicos e pessoas a eles equiparadas, além de integrantes do Ministério Público e dos Poderes Judiciário e Legislativo de todas as esferas da administração pública: federal, estadual, distrital e municipal.

Crimes

O projeto estabelece mais de 30 tipos penais, punindo, por exemplo, o juiz que decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação da liberdade em desconformidade com a lei. Também considera crime fotografar, filmar ou divulgar imagem de preso, investigado, indiciado ou vítima em processo penal, sem seu consentimento.

O texto define como crime submeter o preso ao uso de algemas ou qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do próprio preso, da autoridade ou de outras pessoas.

Além das penas previstas nas infrações penais, a proposição estabelece repercussão nos âmbitos cível e administrativo, o que inclui a obrigação de indenizar o dano causado pelo infrator. No caso de reincidên-

cia, o autor ainda fica sujeito à perda do cargo, mandato ou função pública, independentemente da pena aplicada.

Ao justificar a iniciativa, Renan argumentou que a Lei 4.898/1965, que atualmente trata do assunto, está defasada, carecendo de atualização para melhor proteger os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição.

O projeto foi debatido em audiências e até em uma sessão temática no Plenário, com a presença do ministro Gilmar Mendes e do juiz federal Sérgio Moro, que apresentaram sugestões ao texto.

Prisão temporária

A proposta promove ainda alterações em outras normas, como na Lei 7.960/1989, para prever que o mandado de prisão temporária contenha o período de duração. Há também previsão de mudança na Lei 9.296/1996, que trata de interceptações telefônicas. A lei diz ser crime fazer interceptações ou quebrar segredo de Justiça sem autorização judicial. O substitutivo inclui a realização de escuta ambiental.

O PLS 280/2016 estava na pauta de votação do Plenário em dezembro, mas, com a aprovação de um requerimento pedindo a derrubada do regime de urgência, a proposição foi enviada à CCJ.

Fim do foro privilegiado é uma prioridade para brasileiros, diz Ângela

A votação da proposta que acaba com o foro privilegiado para autoridades (PEC 10/2013) é uma prioridade do brasileiro, disse Ângela Portela (PT-RR). A senadora afirmou que, diante de tantas denúncias envolvendo políticos, o Supremo Tribunal Federal não consegue analisar os processos com agilidade.

— Qual o sentimento que pode advir de uma situação dessa, senão o da impunidade? E quem pode negar que a certeza da impunidade alimenta a corrupção e os desvios na administração pública? Quem pode duvidar do fato de que a impunidade destrói a credibilidade das instituições, condição fundamental para a construção da justiça e da democracia? — indagou.

Lindbergh aponta fracasso do “golpe do impeachment”

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou em Plenário na terça-feira que o “golpe do impeachment” da ex-presidente Dilma Rousseff fracassou.

O senador disse que “os arquitetos do golpe” acharam que a economia iria crescer novamente, que as reformas seriam aprovadas com facilidade e que conseguiriam desgastar a imagem do ex-presidente Lula e do PT, “mas nenhuma dessas ideias se concretizou”.

O que o país está vivendo sob o governo de Michel Temer “é uma loucura”, disse. Lindbergh criticou a reforma da Previdência e o projeto que regulamenta a terceirização para todas as atividades, aprovado pela Câmara dos Deputados. Também afirmou que as contas públicas estão ficando piores.

Comissão debate regularização de área urbana e rural

O relator da Medida Provisória (MP) 759/2016, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou ontem o plano de trabalho da comissão mista que analisa a matéria. A MP facilita a regularização fundiária em áreas rurais e urbanas informais, como favelas e condomínios irregulares. Segundo o governo, o objetivo é facilitar o acesso da população de baixa renda à moradia.

De acordo com Jucá, para debater a MP serão feitas quatro audiências públicas destinadas

a avaliar as posições de órgãos do governo, a legalização de áreas urbanas e rurais e a venda de imóveis.

As audiências, entre 5 e 12 de abril, deverão reunir, entre outros, representantes do Ministério das Cidades, do Incra, do Patrimônio da União, da OAB, do MST e de entidades relacionadas a agricultura e a arquitetura e urbanismo.

Durante a apresentação do plano de trabalho, Jucá manifestou a expectativa de que a MP possa reduzir os problemas

de falta de infraestrutura em regiões menos desenvolvidas.

— Temos condição de criar uma série de sistemáticas que vão melhorar a vida de milhões de brasileiros. A matéria é tão importante que recebeu 732 emendas de parlamentares.

Conforme o calendário de trabalho, a apresentação do relatório será em 25 de abril.

O senador Hélio José (PMDB-DF) foi escolhido vice-presidente do colegiado, que é presidido pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF).

Renan diz que “vazamentos seletivos” são ataques por suas posições políticas

Renan Calheiros (PMDB-AL) condenou ontem em Plenário “vazamentos seletivos” que estariam ocorrendo contra agentes públicos.

Nesta semana, a imprensa publicou dados sigilosos de denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Renan sobre saques de dinheiro que o senador teria realizado em 2012 e 2014. Para Renan, esse vazamento pode ser classificado como abuso de autoridade.



Renan Calheiros

Na avaliação dele, setores estariam tentando atacá-lo devido a sua posição independente e a suas críticas ao projeto da terceirização aprovado pela Câmara.

Ele também levantou dúvidas sobre a “qualidade” dos representantes do Congresso Nacional no Conselho Nacional de Justiça e no Conselho Nacional do Ministério Público. Câmara e Senado indicam pessoas para integrar esses conselhos.

Para governo, é cedo para medir danos à carne

Representantes dos Ministérios da Agricultura e da Indústria disseram que o prejuízo à exportação causado pela Operação Carne Fraca só poderá ser calculado depois de meses

AINDA NÃO HÁ dados suficientes para mensurar o impacto da Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, no mercado de exportação de carnes do Brasil. A conclusão é dos participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo os expositores, é preciso analisar um período maior para ter certeza dos efeitos da operação que descobriu irregularidades em grandes frigoríficos do país.

De acordo com o coordenador-geral de Florestas e Assuntos da Pecuária do Ministério da Agricultura, João Salomão, a média diária de exportações da quarta semana de março, logo após a deflagração da operação, foi de US\$ 50,5 milhões, 19% menor do que a registrada até a semana anterior. A média diária registrada até agora, no mês de março, foi de US\$ 59 milhões, um aumento de 7,1% em relação à média diária de março de 2016 (US\$ 55 milhões) e uma redução de 3,7% em relação à média de fevereiro deste ano (US\$ 61,3 milhões).

— Nesse primeiro momento, ainda não foi possível verificar um impacto muito grande, talvez porque seja muito recente, existem carregamentos em processo de deslocamento. Precisamos de um período de análise para verificar o real im-



Entre representantes do governo e de trabalhadores, o senador Garibaldi Alves Filho (2º à dir.) preside a audiência

pacto da operação — explicou.

Na opinião do coordenador, ações firmes do governo e do Ministério da Agricultura fizeram com que o mercado não fosse afetado em sua plenitude. A maioria das exportações canceladas se restringiram aos frigoríficos com irregularidades, mas não atingiram todo o país.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a redução do possível impacto da Operação Carne Fraca se deu não apenas pela ação rápida do poder público, mas também por causa da reação da Federação Nacional dos Policiais Federais. Apesar de apoiar as investigações, a federação se

pronunciou contra a forma como essas ações foram divulgadas pelo delegado que coordenou a operação.

Preços

O diretor de Estatística e Apoio à Exportação do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, Herlon Brandão, disse acreditar que a redução mostrada pelos números da quarta semana de março pode, sim, estar associada a uma cautela maior dos importadores. Ele concorda, no entanto, que o período ainda é curto para fazer uma avaliação.

— O ministro Marcos Pereira determinou um acompanhamento diário do setor e temos

notado que os embarques estão regulares. Houve um dia mais atípico e, depois, embarques sem surpresas — relatou.

Os representantes dos dois ministérios falaram sobre os efeitos da operação no preço da carne. Para Salomão, os preços pagos aos produtores podem cair caso a produção deixe de ser exportada. Brandão também afirmou que o mais provável é que os efeitos negativos da operação se deem nos preços, e não no volume de exportações, pois os maiores mercados já voltaram a comprar a carne brasileira.

Confiança

O secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, disse confiar nos produtores brasileiros e lembrou que os problemas detectados estão em outra fase do processo, nos frigoríficos. Para ele, a operação da Polícia Federal apenas mostrou ao Brasil o que já vinha ocorrendo há muito tempo.

O secretário lembrou, ainda, que não se deve analisar o problema apenas do ponto de vista financeiro. A adulteração da carne envolve a saúde dos brasileiros, que consomem grande parte da carne produzida aqui. Na avaliação do secretário, ingerências políticas dentro de áreas técnicas acabam favorecendo casos de corrupção como os dos fiscais

Senado cria comissão para acompanhar Operação Carne Fraca

O Senado aprovou ontem a criação de uma comissão externa para acompanhar os desdobramentos da Operação Carne Fraca. A operação da Polícia Federal apontou irregularidades envolvendo frigoríficos e fiscais do Ministério da Agricultura. O requerimento para a criação da comissão é de Kátia Abreu (PMDB-TO) e de Renan Calheiros (PMDB-AL).

A comissão será composta por seis membros titulares e outros seis suplentes, tendo o prazo de seis meses para seu funcionamento. Segundo o requerimento, a comissão vai apurar, entre outros temas, se houve abuso de autoridade e quais os impactos mercadológicos da operação. A comissão também poderá promover audiências públicas, requerer informações de órgãos do governo e fazer reuniões com organismos internacionais.

Quando apresentou o requerimento, no dia 21, Kátia disse que a comissão vai atuar de forma suprapartidária nesse “caso gravíssimo que afeta quase que de morte” a economia brasileira. A senadora pediu o apoio dos colegas e afirmou que sua proposta é a favor do emprego, dos produtores agropecuários e da economia nacional.

— Não existe hoje um assunto mais importante do que esse no país — declarou.

Comissão aprova convites a ministros da Justiça e da Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem convite para que os ministros da Justiça, Osmar Serraglio, e da Saúde, Ricardo Barros, compareçam ao Senado para tratar de fatos relacionados à Operação Carne Fraca.

No caso de Serraglio, o acerto foi para que a audiência seja em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que já havia aprovado convite.

O objetivo é pedir ao ministro que esclareça conversa com um dos investigados gravada pela Polícia Federal. Trata-se de Daniel Gonçalves Filho, que comandava a Superintendência do Ministério

da Agricultura no Paraná, apontado como o chefe do esquema que envolvia pagamento de propinas.

Barros deve explicar os possíveis impactos para a saúde da população. A vinda dos dois ministros ainda não tem data marcada. Os requerimentos foram assinados pelos senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Paulo Paim (PT-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Foi aprovado ainda requerimento da presidente da comissão, Marta Suplicy (PMDB-SP), para a realização de ciclo de audiências sobre a reforma trabalhista pro-

posta pelo governo. Serão os seguintes temas: legislado e negociado, representação dos trabalhadores e representação sindical e contrato de trabalho temporário. Outro ciclo abordará a reforma previdenciária, conforme requerimento de Regina Sousa (PT-PI).

Foram também aprovados pedidos de audiência pública sobre: tratamento do câncer colorretal, tecnologia e saúde, e parâmetros de custo-efetividade para adoção de novas tecnologias em tratamentos na área de saúde, de acordo com o PLS 415/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Esses pedidos foram de iniciativa de Ana Amélia (PP-RS).

Gleisi critica propostas para cobrir rombo no Orçamento

Gleisi Hoffmann (PT-PR) protestou em Plenário ontem contra os planos do governo para contingenciar recursos, suspender desonerações fiscais e buscar novas receitas para “compensar o rombo” no Orçamento da União.

Na avaliação dela, a proposta de uso de receitas extraordinárias é a mesma que levou ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Gleisi



Jefferson Rudy/Agência Senado

também atacou proposta de aumento de tributos. Segundo ela, impostos mais altos oneram a população mais pobre.

A senadora também criticou o que chamou de “criminalização da política fiscal”, sublinhando que, no tempo de Dilma, as propostas de cortes eram menores e teriam levado ao equilíbrio orçamentário no tempo certo.

Ana Amélia apoia integração logística entre Brasil e Uruguai

Ana Amélia (PP-RS) destacou ontem em Plenário o compromisso firmado pelo ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e o chanceler do Uruguai, Rodolfo Novoa, para ações de integração logística em benefício dos dois países.

De acordo com a senadora, os ministros garantiram reconstituir a Ponte Mauá, que une as cidades



Jefferson Rudy/Agência Senado

de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no lado uruguaio, e a viabilizar o uso binacional do aeroporto de Rivera, que terá voos de companhias aéreas brasileiras e uruguaias, com tarifas locais. Essas ações, segundo ela, serão importantes para alavancar as exportações, promovendo o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Plano de saúde prejudica Correios, diz presidente

Segundo Guilherme Campos, que esteve em audiência pública na CCT, déficit alcança R\$ 1,6 bilhão. Prejuízo total da empresa chega a R\$ 2,1 bilhões

O PRESIDENTE DA Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Guilherme Campos, afirmou que o plano de saúde dos funcionários está matando a estatal. O dirigente participou ontem de uma audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com ele, nos moldes em que opera atualmente, o sistema é inviável e não cabe mais no orçamento da instituição.

A reunião foi realizada para ouvir o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Gilberto Kassab, que apresentou as metas e desafios do setor nos próximos anos (*leia reportagem na página 8*). Kassab havia dito na terça-feira, em entrevista no Palácio do Planalto, que os Correios estavam cortando gastos e correndo contra o relógio para evitar a privatização.

De acordo com o presidente da empresa estatal, atualmente o plano de saúde atende todos os funcionários, dependentes, cônjuges e pais. Os Correios entram com 93% do valor e os trabalhadores, com 7%.

Em 2015, por exemplo, a companhia fechou o ano com prejuízo de R\$ 2,1 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão por conta do plano de saúde dos empregados.

— É impossível manter isso no orçamento da empresa. Nos moldes em que está hoje é impossível de ser mantido. A direção não quer acabar com o plano, mas é preciso mudar — afirmou Guilherme Campos.

Novas tecnologias

De acordo com o presidente da empresa, a evolução tecnológica e a internet impactaram diretamente as empresas postais não só no Brasil, mas em todo o mundo. No entanto, em outros países, houve reação mais rápida às transformações.

— Cada país achou uma solução, seja na logística, no setor financeiro ou em outros serviços. Nós temos que achar uma nova fórmula de sobre-

vivência — disse Campos aos senadores.

Ele lembrou que os Correios são a estatal mais antiga do país, com 354 anos. A empresa foi criada no contexto de monopólio dos serviços postais, o que lhe garantiu bons resultados.

— O monopólio postal no passado era tudo. Hoje é nada. E está para os Correios assim como o orelhão está para para as empresas de telecomunicação. A carta entre pessoas é cada vez mais rara. Quem se lembra da última vez que recebeu uma carta ou um cartão postal? — questionou o dirigente.

Negociações

O presidente da estatal informou que está negociando com os sindicatos mudanças no sistema de saúde dos funcionários da empresa.

Além disso, ele acrescentou, os Correios continuarão empenhados no corte de gastos com despesas e pessoal e deverão concentrar esforços na logística de encomenda, serviço com demanda crescente em tempos de comércio eletrônico.



Pedro Franco/Agência Senado

Texto de Anastasia muda a Lei de Introdução às Normas do Direito

Atos administrativos podem ganhar mais segurança jurídica

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado 349/2015, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que prevê a possibilidade de ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.

O texto vai para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Um dos pontos a serem atacados, conforme a relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), é “a incerteza jurídica que grassa em torno das licita-

ções”. A senadora observa que, em geral, os licitantes inabilitados, desclassificados ou perdedores judicializam a discussão sobre a validade do procedimento e do próprio contrato.

Outro dispositivo do projeto delimita a responsabilidade do agente público aos casos de dolo ou culpa grave. Para resolver “um problema da incerteza do direito”, como destaca a senadora, a proposta exclui a responsabilização em caso de adoção de entendimento dominante à época da prática do ato.

Temer está disposto a alterar reforma, diz Cidinho Santos

Cidinho Santos (PR-MT) informou que o presidente Michel Temer se mostrou disposto a fazer alterações no projeto de reforma da Previdência, especialmente quanto à aposentadoria rural e ao benefício da prestação continuada.

Ele disse que o governo seria irresponsável se apresentasse números falsos para justificar uma reforma previdenciária.

O senador também defendeu a imediata sanção do projeto aprovado pela Câmara que regulamenta a terceirização da mão de obra.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa garante que nova Previdência não passa no Congresso

Na avaliação de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o Congresso não aprovará a reforma da Previdência Social. Para ela, Temer faz “terrorismo” ao dizer que, se a reforma não for feita, o Brasil pode parar.

Em estados como o Amazonas, onde a expectativa de vida é de pouco mais de 71 anos, muitos morrerão antes de ter acesso à aposentadoria, caso o texto seja aprovado, disse ela.

— Esse presidente deveria se colocar no seu lugar e não desrespeitar os interesses da maioria da população.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Lindbergh, mudança prejudica trabalhador mais pobre

Lindbergh Farias (PT-RJ) comemorou o crescimento das mobilizações contra a proposta do governo para mudar as regras previdenciárias. Para o senador, as mudanças serão “especialmente perversas” com o trabalhador rural, que será obrigado a contribuir até os 65 anos, mesmo trabalhando em condições adversas.

— É só em cima do pobre, que ganha aposentadoria de salário mínimo. Estão mexendo com aqueles que recebem Benefício de Prestação Continuada — disse o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima quer que projeto da terceirização não seja sancionado

Fátima Bezerra (PT-RN) espera que o projeto aprovado na Câmara sobre a terceirização não seja sancionado pelo presidente Temer.

De acordo com a senadora, se o texto for sancionado, os salários serão ainda menores, haverá redução no número de empregos e na assistência social aos trabalhadores.

— Não é só o mundo sindical que é contra. Até setores ligados ao empresariado estão chamando a atenção para a dureza das regras que tratam da terceirização.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Humberto: texto aprovado na Câmara é “retrocesso inaceitável”

Humberto Costa (PT-PE) chamou de “retrocesso inaceitável” a aprovação da terceirização irrestrita da mão de obra pela Câmara dos Deputados.

Para ele, o presidente Temer desrespeitou o Senado ao mobilizar seus aliados na Câmara para resgatar uma proposta de mais de 20 anos.

— Não podemos permitir que a terceirização irrestrita precarize as relações, que os trabalhadores sejam transformados em empresários individuais para venderem a sua força de trabalho.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Garcia Neto disse que rigor de testes para liberação de genéricos, questionado em reportagem de TV, é o mesmo de remédios de marca. Ele destacou, porém, falta de pessoal para agilizar registros

Senado reconduz diretor da Anvisa, que defende genéricos

O PLENÁRIO APROVOU ontem a recondução de Fernando Mendes Garcia Neto à diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em seu primeiro mandato, desde 2015, ele atuou como diretor de Regulação Sanitária e de Autorização e Registros Sanitários. Foram 59 votos favoráveis, 6 contrários e 2 abstenções. A decisão será comunicada à Presidência da República.

Antes da confirmação do Plenário, Garcia Neto havia sido sabatinado de manhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na ocasião, elogiou o programa brasileiro de medicamentos genéricos, explicou as regras de fiscalização de alimentos que foram contestadas pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, e apontou a carência de quadros técnicos na Anvisa.

Remédios

O programa brasileiro de medicamentos genéricos recebeu vigorosa defesa de Garcia Neto na sabatina.

— O programa de genéricos do país é um programa vencedor. Todos os genéricos comercializados no Brasil recebem

Romário pede liberação rápida de remédio para doença rara

Romário (PSB-RJ) lamentou que o remédio Spinraza, usado para tratar a atrofia muscular espinhal (AME), ainda demore para ser aprovado no país.

Ele pediu urgência da Anvisa na revisão do processo de liberação do remédio, que pode levar de 8 a 12 meses.

O Spinraza é primeiro remédio aprovado no mundo para a AME, que causa perda progressiva dos movimentos.

— É uma corrida contra o tempo, já que muitas crianças com AME tipo I morrem antes dos 2 anos — disse.



Jefferson Rutz/Agência Senado



Garcia Neto, em sabatina ontem na CAS, presidida pela senadora Marta Suplicy

o mesmo tratamento dado ao medicamento inovador ou de referência, vulgarmente conhecidos como medicamentos de marca — afirmou.

Garcia Neto se referia aos procedimentos de análise de composição e eficácia dos remédios, que antecedem a concessão de registro e a autorização para venda. Diversos senadores abordaram a questão dos genéricos, que ganhou repercussão nacional depois de recente reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo, apontando inconformidades na composição de alguns remédios desse grupo.

O diretor observou que cada processo de registro de genérico exige três testes de bioequivalência e eficácia, enquanto no caso noticiado foi feita apenas uma análise de cada medicamento. A aplicação de um teste isolado, disse, não autoriza a desqualificar qualquer medicamento.

Carne Fraca

A Operação Carne Fraca, que investiga irregularidades na fiscalização de frigoríficos, foi outro tema abordado. Garcia Neto informou que a Anvisa baixou resolução interditando produtos de três frigoríficos, por até 90 dias, para análises. Explicou que o controle e a fiscalização de alimentos no Brasil é uma responsabilidade compartilhada por diversos órgãos e que uma das funções da Anvisa é exatamente definir normas sobre os aditivos usados, com base em sistema de harmonização adotado

pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Registros

Garcia Neto foi também provocado a esclarecer se a Anvisa conseguiu se preparar para atender as exigências da Lei 13.411, de 2016, criada para agilizar e tornar mais transparentes os processos de registro de medicamentos. Ele disse que o grande problema é a carência de quadros técnicos.

Para demonstrar o deficit, o diretor observou que a agência que cumpre as mesmas funções nos Estados Unidos, a Food and Drug Administration (FDA), possui 4.677 especialistas. Na Comunidade Europeia, o trabalho técnico é feito por quase 900 servidores. A Anvisa, por sua vez, conta hoje com apenas 322 técnicos.

A presidente da CAS, Marta Suplicy (PMDB-SP), propôs aos colegas que seja levado ao Ministério do Planejamento documento do colegiados a favor de concurso para reforçar o quadro de especialistas da Anvisa, apesar das dificuldades fiscais do momento. Apelou ao apoio do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que o pleito possa ser rapidamente atendido.

Cirurgião-dentista, Garcia Neto atuou como gestor de serviços do Sistema Único de Saúde, primeiramente em Ribeirão Preto (SP). Também ocupou cargos no Departamento de Informática do SUS (Datapus) e na Embrapa. Na Anvisa, passou por diversos órgãos desde 2011.

créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e cria facilidades para a venda de imóveis da União.

Os seminários atendem a pedido de Paulo Rocha (PT-PA), Regina Sousa (PT-PI) e Ângela Portela (PT-RR).

A comissão também fará um ciclo de debates para discutir a situação em que se encontra o Programa de Revitalização do Rio São Francisco. A autora do requerimento é Lídice da Mata (PSB-BA).

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Assentados rurais cobram títulos definitivos da terra concedida

Os convidados para debater projeto que altera a Lei da Reforma Agrária (PLS 734/2015) defenderam em audiência pública ontem na Comissão de Agricultura (CRA) a entrega do título definitivo como garantia do direito à terra. Pediram também que sejam asseguradas as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentados: infraestrutura, assistência técnica e crédito.

— Os produtores hoje não têm nenhuma segurança jurídica para poder produzir — queixou-se João Francisco, representante dos moradores de assentamento em Itanhangá (MT), considerado a maior área de reforma agrária da América Latina.

Assessora de políticas agrárias da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Cléia Anice Porto disse que o título deve ser precedido de condições que assegurem o pleno desenvolvimento nas suas áreas. Sem isso, a tendência será uma pressão para a venda das terras.

Segundo o senador Wellington Fagundes (PR-MT), autor do PLS 734/2015, o objetivo do texto é dar maior agilidade na implantação de assentamentos de reforma agrária.

O projeto aborda a medição e a demarcação de lotes distribuídos para reforma agrária. Também aumenta de um para dois módulos fiscais o limite da gratuidade da alienação do lote ao assentado e contem-

pla, em vez do momento da titulação do imóvel, o tempo de efetiva homologação da condição de assentado nas cláusulas resolutivas que limitam o direito à propriedade.

Para o diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Incra, Ewerton Giovanni dos Santos o impacto da gratuidade seria de 100%. Como os lotes só chegam a dois módulos, todos seriam doados. Um total de 6.009 assentamentos se enquadrariam no benefício. Assim, 573 mil famílias receberiam os seus lotes gratuitamente.

Santos disse que o Incra propõe uma alteração na MP 765/2016, que também trata da gratuidade. Trata-se de uma cobrança gradual em função da área a ser estabelecida até dois módulos. Quanto à titulação, o representante do Incra disse que a legislação é a principal barreira.

Oficial registrador de imóveis em Campo Novo do Parecis (MT), José de Arimatéia Barbosa concorda. Para ele, uma saída seria a aplicação da usucapião extrajudicial (aquisição da propriedade pela posse prolongada) quando não houver possibilidade de resolução e a função social da terra estiver reconhecida.

Os debatedores e senadores avaliaram que o PLS pode ser incorporado à MP 765, que tem tramitação mais rápida.

Para o relator, José Medeiros (PSD-MT), o importante é agilizar a reforma agrária.



Senador Ivo Cassol (2º à dir.), presidente da comissão, entre os debatedores

Waldemir Boreto/Agência Senado

Avança projeto que prevê órgãos de defesa do consumidor em aeroportos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que estabelece a instalação de entidades de defesa do consumidor nos aeroportos.

A proposta (PLC 109/2011) recebeu parecer favorável do relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), que acatou uma emenda de Antonio Anastasia (PSDB-MG). O texto terá votação final na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O projeto original prevê a presença apenas do Procon nos aeroportos. A emenda de Anastasia amplia o rol de enti-

dades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor que podem atuar para a defesa e a proteção estabelecidas no projeto.

Anastasia sugeriu a emenda com o argumento de que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor é composto por órgãos públicos e por entidades privadas de defesa do consumidor.

Pelo projeto, a instalação do serviço será viabilizada por convênios de cooperação.

O frequente registro de conflitos entre consumidores e empresas aéreas foi apontado como motivador da proposta.

Comissão vai debater novas regras para regularização fundiária

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) fará seminários regionais para debater a MP 759/2016, que prevê novas regras para regularização fundiária urbana, rural e da Amazônia Legal. A MP também suspende

Pedro França/Agência Senado



Kassab no debate com Otto e Moka: banda larga chegará a qualquer cidade ou distrito do país, garantiu o ministro

Ministro: satélite de banda larga será lançado em abril

Em audiência, Kassab afirmou que o envio ao espaço do primeiro satélite geostacionário brasileiro permitirá a cobertura em 100% do território nacional e aumentará a monitoração de fronteiras

O PRIMEIRO SATÉLITE geostacionário brasileiro será lançado na primeira quinzena de abril, o que permitirá em breve a cobertura de banda larga em 100% do território nacional, afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), ontem.

O Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) tem uso civil e militar, vida útil de 18 anos, custou R\$ 2,7 bilhões e ficará a 36 mil quilômetros da Terra. Além de cobrir todo o país com internet e telefonia de alta capacidade, vai permitir o uso militar na proteção do mar territorial, da Amazônia e de toda a faixa de fronteira com os dez países sul-americanos vizinhos do Brasil.

— A banda larga alcançará qualquer cidade ou distrito do país, levando inclusão social e digital. O Ministério da Defesa terá banda larga para monitorar fronteiras e haverá disponibilidade para oferecer

melhor qualidade dos serviços de educação e saúde — afirmou Kassab.

O SGDC deveria ter sido enviado ao espaço na semana passada, mas uma greve geral na Guiana Francesa, de onde partiria o foguete, levou ao adiamento da operação.

Empresas

Omar Aziz (PSD-AM) e outros senadores mostraram-se preocupados com o comportamento das empresas que atuam no setor de telecomunicações. Ele ponderou que não adianta ter o satélite disponível se as companhias querem atuar somente onde obtêm lucro.

— Não há boa vontade das operadoras e não podemos fazer nada para cobrar delas, porque é a lei do mercado. Para haver investimento, tem que ter retorno — afirmou Omar.

Kassab reconheceu que o modelo de telecomunicações brasileiro está deficiente, principalmente porque a privatização, iniciada no governo de Fernando Henrique

Cardoso, previa o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para suprir lacunas que as operadoras não são obrigadas a cumprir.

Fust

No entanto, o fundo tem sofrido com contingenciamentos orçamentários há quase 30 anos, observou o ministro.

— Sugiro uma lei que impeça o contingenciamento de verbas do Fust. É uma decisão de Estado, independe do governo, pois esse recurso era para atender exatamente essas ponderações — afirmou.

Participaram da reunião secretários do Ministério da Ciência e Tecnologia e os presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Telebras, Agência Espacial Brasileira e Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem).

O presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA), disse que serão realizadas novas audiências com os representantes desses órgãos para tratar de assuntos específicos.

Lei em vigor simplifica regra para renovar concessões de rádio e TV

Entrou em vigor ontem a lei que estabelece prazos e simplifica processos de renovação de outorga de rádios e emissoras de TV. A Lei 13.424/2017 foi sancionada na terça-feira e publicada ontem.

As emissoras de rádio e TV poderão funcionar em “caráter precário” caso o prazo da concessão tenha vencido antes da decisão sobre o pedido de renovação. Ou seja, a emissora terá uma licença provisória de funcionamento até a definição da renovação da outorga pelo Ministério das Comunicações e pelo Congresso. Pedidos de transferência direta de outorga (quando a emissora muda de controle e de razão social) tam-

bém poderão ser aprovados durante esse período.

O texto é do projeto de lei de conversão (PLV 1/2017) decorrente da Medida Provisória 747/2016, votada no Senado em 7 de março.

A lei retira trecho do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/1962) que estipulava como requisito para a renovação o cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais de emissoras e a manutenção de “idoneidade técnica, financeira e moral, atendido o interesse público”.

Atualmente, as concessões de radiodifusão têm duração de 10 anos para as rádios e de 15 anos no caso das TVs.

Hélio José destaca papel social e importância das emissoras comunitárias

As rádios comunitárias exercem um relevante papel social, tanto na difusão da cultura quanto como fator de integração, afirmou Hélio José (PMDB-DF). Também são importantes, acrescentou o senador, no processo de informação e na geração de empregos.

Hélio José elogiou a Lei 13.424/2017. Ele disse que a medida traz maior segurança jurídica às rádios comerciais e comunitárias do país e permite que quase 1,3 mil rádios comunitárias tenham condições de funcionar.



Moreira Matiz/Agência Senado

Benedito pede atenção para mudanças ruins no Rio São Francisco

Os 27 senadores do Nordeste vão entregar ao presidente Michel Temer um manifesto pedindo “estado de emergência” para viabilizar ações que salvem o Rio São Francisco, anunciou Benedito de Lira (PP-AL). O senador afirmou que o rio está sendo invadido pelo Oceano Atlântico, com relatos da presença de tubarões nas águas que até então eram doces. O curso d’água perdeu 40% do seu caudal e 16 outros rios que formam a bacia e eram perenes agora estão intermitentes.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Wellington defende ampliação de ferrovia em Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) defendeu a continuidade das obras da Ferrovia Senador Vicente Vuolo (Ferro Norte) no trecho entre Cuiabá e Rondonópolis (MT). Segundo o senador, a concessionária América Latina Logística abriu mão do trecho, mas hoje, com a mudança no controle acionário, há esperanças de retomada.

Para que isso ocorra, disse o senador, é necessário ampliar o prazo de concessão, o que pode ser facilitado pela MP 752/2016, em análise no Congresso.



Moreira Matiz/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Regina preside reunião em que se aprovou texto sobre pessoas com deficiência